



ATA Nº 006/2022

Às oito horas e dez minutos do dia treze de julho de dois mil e vinte e dois, os membros do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas se reuniram na modalidade remota, como medida de prevenção à disseminação da COVID-19, via aplicativo google Meet para a sexta reunião ordinária de trabalho do biênio 2021/2022, conforme deliberado na reunião ordinária de junho. O Sr. Presidente dá início a reunião dando boas-vindas a todos e todas e passa para o **primeiro** ponto de pauta, aprovação da ata da Reunião Ordinária de junho/2022. O Presidente põe em votação a aprovação da ata da Reunião Ordinária de 08 de junho/2022, perguntando se alguém tem algum questionamento a fazer e não havendo nenhuma consideração a ata foi aprovada por unanimidade. O Presidente informou que passaria para o **terceiro** ponto de pauta, sobre a Referência do Presidente da COMPACTA ao CONESD no Congresso Internacional FREEMIND/2022, em função da presença do Sr Thiago Massolin na reunião. O Presidente falou que este ponto de pauta foi colocado para discussão em função da fala do Sr Thiago sobre o CONESD no Congresso FREEMIND/2022, e considerou importante a iniciativa do mesmo em solicitar a participação na reunião, pois já faria os esclarecimentos sobre a questão. Continuando, informou que conforme artigo 35, da seção 1do Regimento Interno, são atribuições dos Conselheiros/as no inciso 11, manter sigilo sobre todos os assuntos vinculados a reunião do CONESD e sempre que assim for determinado por força de lei ou a própria decisão do Conselho, embora as reuniões sejam abertas, os assuntos ficassem somente vinculados aos/as Conselheiros/as. O Presidente diz para o Sr Thiago que o mesmo vem fazendo umas falas não condizentes com a realidade do Conselho e que isto vem afetando as entidades que o representam e isto culminou com a fala no Congresso, onde o Presidente recebeu o vídeo e que no Congresso, já havia sido comunicado sobre a fala, mas que não se manifestou pois não era o momento. Solicitou ao Sr Thiago que explicasse a sua fala e também em relação ao mesmo estar representando a classe de CTs, que já houve conversas com o governo e solicitou que os assuntos sejam trazidos até o Conselho como uma forma de estarmos juntos e também houve relatos de pessoas ligadas ao governo de que houve uma afirmação de que estariam elaborando um plano para as CTs junto ao governo do Estado, não sendo pertinente, haja visto a realização da Conferência para deliberação e aprovação do Plano Estadual de Políticas sobre Drogas. Passou a palavra para o Sr Thiago que agradeceu a abertura para a participação na reunião, mas solicitou ao Presidente qual foi o ponto do seu discurso no Congresso que tenha ofendido alguém, enfim para que pudesse saber exatamente o que disse, que gerou insatisfação no Conselho para a partir disto se retratar, explicar o contexto da sua fala, porque não está sabendo exatamente o que houve para ter gerado esta pauta. Neste momento o Presidente destaca os pontos, colocando que as CTs foram retiradas da vaga no Conselho e a questão dos movimentos ideológicos que estão aparelhando o Conselho. O Presidente informa que a decisão da retirada das vagas das



CTs foi tomada pelo Secretário da SESP, que inclusive o CONESD e o NEPSD tentaram diálogo junto ao Secretário para manter ao menos uma vaga, porém não foi aceita a sugestão, ocorrendo a substituição pelo CRF e CRM. O Sr Thiago tomou a palavra e explicou que fez um comentário no Congresso de que a Federação perdeu a cadeira e que estão buscando junto ao executivo estadual o apoio para nova indicação do Secretário, garantindo assim a participação das CTs no Conselho, com representantes do segmento, então este foi o contexto do primeiro ponto em relação a cadeira, que não atribuiu nomes sobre esta questão, que apenas falou sobre a perda da cadeira. Em relação a questão ideológica, disse que sua fala foi preterida dentro de um ambiente de debate técnico, num evento internacional específico, com lideranças de CTs, que ocorreu dentro do FREEMIND em Campinas. Continuando disse que neste contexto ele fez uma fala lembrando o histórico do Conselho na tentativa de mais de uma década tentando implantar uma política estadual sobre drogas e que dentro deste contexto ocorreu muitas vezes um sistema de ideias capitaneadas por grupos de representantes que tem o controle, que tem influência dentro do Conselho, que acaba não atendendo algumas expectativas com relação a formalização de uma política pública sobre drogas eficiente no Estado do Paraná, que este foi o ponto destacado, que é um sistema de ideias mesmo, defendido por um grupo, que na opinião como seguimento das CTs entendem não ser o melhor para a formalização da política que contemple este seguimento dentro deste contexto no campo do cuidado principalmente. Então a sua fala não se deu dentro de uma perspectiva de um viés político mas de um viés técnico, entendendo que se algumas ideias fossem implantadas diferentemente do que tem sido ao longo dos anos poderiam estar numa política sobre drogas consolidada, eficiente, garantindo a participação de todos os segmentos que atuam dentro do eixo de prevenção e cuidado e assim fazendo reverberar em ações práticas e efetivas para a população do Estado que precisa desses serviços, desse atendimento, então este tem sido o questionamento do seguimento e este foi o contexto da fala e pediu desculpas se ofendeu alguém e pede retratação perante os/as Conselheiros/as, caso sua fala tenha ofendido alguém, mas realmente foi dentro de um contexto específico, histórico, num debate técnico, que a partir daí fez este comentário, mas com a intenção de buscar somar esforços junto ao CONESD, para união de forças e construção de uma política sobre drogas efetiva para o Paraná e ai fazendo um link sobre as articulações e as visitas que estão realizando dentro do Executivo Estadual enquanto Federação e Confederação Nacional das CTs, esclareceu que há uma intenção do seguimento nacional de CTs em abrir estes debates, estes diálogos junto ao Executivo Estadual, Federal, para que possam sugerir propostas para os planos de governo, propostas que contemplem os seguimentos das CTs e entendem que esta atitude seja legítima, faz parte do ambiente democrático e a partir disto estão dialogando sim com o poder executivo para que sejam contemplados dentro de um plano de governo, dentro de uma política



pública sobre drogas e até como equipamento complementar a rede SUS, SUAS, atuando nesta área tão importante que é a recuperação de pessoas que sofrem em decorrência da dependência química, que este tem sido o papel, que este tem sido o diálogo, que estão tentando construir isto junto ao Executivo Estadual. O Presidente abriu a palavra e o Conselheiro Fábio faz as suas considerações dizendo que assistiu ao vídeo e particularmente não se sentia ofendido quando alguém diz que há movimentos ideológicos, por que esta acusação de ideologia é muito comum hoje em dia e que fica muito à vontade em relação a isto porque de fato todos temos vieses e é evidente que os vieses ocorrem e independente do Conselho ter seu olhar, vai ter sempre o olhar em relação a isto, então a ideologia não é algo que deva estirpar o debate, pois ela está presente até na ciência, quando você faz uma escolha científica, por fazer a escolha você já envieza, então não existe neutralidade e isto já está superado no campo da saúde, o que de fato chamou a sua atenção não é o fato de trabalharem diretamente com o executivo, que isto é um direito, é legítimo dentro do segmento, o que considera problema é o executivo não trabalhar com o Conselho, pois desta forma estará passando por cima do cunho social, da participação social. Que se o executivo trabalha a política sobre drogas ao arpejo do Conselho do seu ponto de vista, isto é um problema, mas evidentemente que o segmento tem que correr atrás das suas questões. Considerou também que em relação a participação do segmento no Conselho, com certeza devem participar, aponta que a saída das entidades do CONESD não ficou clara para si na época, que não acompanhou este processo, pois foi o momento que estava chegando no Conselho e que já aprovamos uma nova composição com a participação de uma Confederação, que a proposição já foi feita e estamos esperando, que foram aprovadas quatro cadeiras e estas mudanças, embora seja prerrogativa do Secretário, precisa passar pelo pleno, pois é uma questão regimental e mesmo que o executivo faça mudanças, é direito do pleno a participação e que as CTs precisam estar e trabalhar com o CONESD sim, por outro lado o executivo não pode trabalhar sem a participação do Conselho. Neste momento o Conselheiro Soavinsk pediu a palavra e falou que concordava com o Conselheiro Fábio, que concordava com a fala do Sr Thiago também e disse que conhece CTs a muito tempo e que ficou muito chateado quando foram tiradas as cadeiras das CTs, que o executivo fez uma ingerência dentro do CONESD, que o CONESD precisa ser independente para tomar as suas ações e que esta situação ficou muito ruim. Reforçou que concordou com a fala do Conselheiro Fábio, pois se temos uma ideologia de pensamento é normal, pois vivemos numa democracia e temos que lutar pelo trabalho que fazemos, que não é fácil. O Presidente neste momento assumiu a palavra e colocou outro ponto na fala do Sr Thiago, que afirmou que nada foi feito em quatro anos em termos de prevenção e que isto não é verdade, neste período foi feita uma reestruturação, porque da maneira como estava não havia finalidade, inclusive anterior a estes quatro anos, houve um momento em que se estava que



rendo compor um Conselho paralelo a este, então foi uma situação bem controversa e o Conselho se manifestou contrário, pois era uma atitude da diretoria. Desta forma as demandas que chegam do Executivo, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, o CONESD tem atendido e anteriormente a dois mil e dezenove o CONESD nem era procurado para isto, aponta ainda a reestruturação em relação ao número de vagas, que antes eram vinte e quatro e mal se conseguia a participação de doze, treze entidades o que dificultava o quórum. Lembrando também que o CONESD é um colegiado permanente, de caráter deliberativo, normativo, consultivo, paritário, orientador e articulador da política sobre drogas. Porém a afirmação de que nada foi feito nestes quatro anos, inclusive dentro da fala do Sr Thiago de ter as propostas, que todos os segmentos foram atendidos na Conferência, pode ser que uma ou outra tenha passado, mas acreditamos que com a representação de cento e sessenta e um municípios, vinte Conselhos municipais de políticas sobre drogas, com seiscentas pessoas inscritas, organizações da sociedade civil, inclusive a COMPACTA, onde fizeram as propostas, sendo todas aprovadas, e que a própria elaboração do plano que foi construído a partir de dois mil e dezenove, como também a realização de vários eventos, então considera uma afirmação meio pesada da forma que foi feita. Continuando disse que precisa haver um controle em relação a participação das entidades para não voltarmos ao período da falta de participação, para conseguirmos avançar na política sobre drogas. Solicitou ao Sr Thiago que em qualquer situação, em qualquer demanda que venha falar com o Conselho, até mesmo porque o que for levado para o executivo com certeza será encaminhado para o Conselho para deliberação. Então solicitou que se houver alguma situação que necessite do apoio do Conselho, que com certeza serão apoiados e que também as críticas são bem vindas, mas que qualquer entidade que tecer falas em relação ao Conselho, que irá defender as entidades que o compõem, pois hoje o Conselho está composto por um grupo de pessoas muito boas, muito engajadas. Neste momento a Conselheira Dulce tomou a palavra e disse que ouvindo as falas anteriores e reconhecendo o valor das CTs na política sobre drogas, colocou como proposta de pensarmos na elaboração de um projeto de pesquisa através da Comissão de Pesquisa deste Conselho, que por sua vez faria o levantamento histórico de tudo o que já foi construído e desconstruído, porque sabemos que muitas questões de políticas públicas no Brasil, que não é no Paraná, não é no município de Curitiba, que é Brasil, a gente tem avanços e retrocessos, então vale a pena nós investirmos em proposta desta natureza e ao mesmo tempo publicar a pesquisa para registrar as boas práticas das CTs no Paraná, pois isto auxiliaria em dois aspectos, no sentido da comissão ter dados concretos sobre o que realmente tem voltado a atenção para as CTs e segunda questão evitaria aquele pré julgamento de pessoas contrárias as CTs, que quando acontece uma experiência negativa em alguma CT, acaba generalizando para todas as CTs e que precisamos evitar isto, no sentido de



banir, de mostrar que a experiência negativa, ou a prática negativa de determinado grupo não pode interferir nas boas práticas daqueles que tratam as CTs com a seriedade necessária. Deixa registrado que está na Comissão de Pesquisa, mas em função do horário das reuniões não tem condições de participar, que a sua disponibilidade no período vespertino seria nas segundas e sextas feiras e as manhãs a terceira quarta-feira do mês. O Sr Thiago pediu a palavra e se desculpou mais uma vez com os/as Conselheiros/as, caso tenham ofendido com a sua fala, mas o importante é fazer uma reflexão em termos práticos, relatando que tem conversado com diversos atores de outros estados que compõem conselhos estaduais de políticas sobre drogas e tem visto ações práticas, entendendo o contexto do Paraná, conforme explicado pelo Presidente, está num processo de planejamento estruturante, de reestruturação para chegar as ações práticas no futuro, mas talvez a orientação ou a sugestão que deixa é que seja divulgado estas informações para a sociedade, porque quem está fora do Conselho, aliás o que chega são pautas sobre a fiscalização especificamente, com relação aos segmentos das CTs e em termos de ações práticas não se vê, então não se faz reverberar as ações que estão ocorrendo em relação a prevenção e ao eixo de cuidado, a aproximação das instituições que trabalham com prevenção, que trabalham com recuperação, reinserção social, ações efetivas de apoio técnico, apoio financeiro que está previsto pela política nacional sobre drogas e até como orientação para estados e municípios também, então este escopo de ações práticas não reverberam na sociedade, que não se tem ouvido isto, que a sociedade não está sabendo e aí gostaria de saber em termos práticos o que está acontecendo na área da prevenção, na área de cuidado, na área da reinserção social, o que está sendo feito, porque o que sabemos é que o Estado do Paraná em termos de dependência e transtornos por uso de substâncias é um Estado que tem sofrido muito com isto, haja vista as filas de espera que as CTs estão tendo de pessoas, de famílias que estão buscando por uma vaga social para encaminhar o seu parente, o seu ente querido. Então ficamos nesta situação, na ponta apagando incêndio, lidando com essa demanda exorbitante de pessoas que estão sofrendo com a dependência química e na prática o que reverbera para o seguimento é que o Conselho quer separar o joio do trigo, quer fiscalizar, quer impor sanções para o seguimento e isto tem gerado uma insatisfação muito grande no seguimento das lideranças das CTs e tem extrapolado o Estado do Paraná e tem ido para outras instâncias, outros estados esta discussão, de porque o Paraná está nesta situação, nós temos bons exemplos do Estado de Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, até no Piauí tem ações contemplando as CTs, fortalecendo com apoio financeiro, com apoio técnico e no Paraná estamos estagnados, então um pouco desta fala foi de desabafo de um sentimento de um seguimento que não vê reverberar nada em termos de ações práticas, mas agora com a explicação, consegue entender que é um processo, que passou praticamente uma gestão reestruturando e fazendo um planejamento para que estas ações práticas se efetivem talvez



no próximo mandato. O Presidente no uso da palavra disse que iria deixar claro mais algumas situações sobre o Conselho, que nunca foi falado neste Conselho em relação as sanções para as CTs e que também tem conversado com a outra Federação de outras CTs que não fazem parte de nenhuma das duas federações e nenhuma tem este viés conforme colocado, que nós estamos contrários, não tem nada disto, unicamente o que precisamos que mesmo tendo o programa renascer em Santa Catarina, o recomeço em São Paulo e a verba em Piauí, todos estes tem problemas e que sofrem uma fiscalização bem severa. O Presidente falou sobre o fundo de políticas sobre drogas, que foi feito todo o estudo e proposta de regulamentação da lei e ficou parado nove meses na Assembleia Legislativa e retornou dizendo que precisa ir para o gabinete superior. Em relação a prevenção não existe, com exceção de algumas ações que estão sendo feitas em Curitiba, que está sendo desenvolvido um projeto piloto de prevenção às drogas num colégio em Campo Largo, e a ideia de todos/as os/as Conselheiros/as é de que houvesse um projeto de prevenção em todas as escolas estaduais, então as vezes indaga se nós não estaríamos extrapolando dentro da nossa competência, mas é preferível que nós extrapolemos para o bem maior do que ficarmos simplesmente sem ação, menciona que conforme ponto de pauta o CONESD irá traçar um plano diretor para a próxima gestão, porque o que sempre acontecia e isto é um fato, não só aqui, mas em todas as gestões, dentro de departamentos, que a questão do fenômeno das drogas, acaba uma gestão e a que vem começa tudo novamente, então a ideia é para as próximas gestões que haja um direcionamento com o plano diretor elaborado por este Conselho. Continuou dizendo que as realidades são diferentes, que o CONESD não tem recursos e que a insistência neste fundo é porque a partir daí poderíamos dar seguimento a certas ações, mas citou um exemplo do Conselho de Rondônia, que lá eles tem verba, tem cinco carros a disposição, então é uma realidade totalmente diferente. Quanto a programas e verbas quer seja para as CTs ou outras entidades, para programas de prevenção, acredita que a Conferência possibilitará a implantação das políticas sobre drogas. O Conselheiro Weber pediu a palavra e disse que entende a fala do Sr Thiago e que também se senti de alguma forma frustrado quando olha para o Estado do Paraná e vê que temos poucas condições, poucos recursos para atender a demanda na questão da prevenção, assim como não é competência do Conselho tratar, acolher, inserir, reinserir, reprimir, também não é competência do Conselho prevenir e por outro lado não temos braços e pernas suficientes enquanto Conselho para atingir as 399 cidades do Paraná. Agora é evidente que ações por parte do Conselho vem sendo empreendidas em todas estas áreas, no que se reporta a questão da fiscalização de CTS, onde foi solicitado por duas ou três ocasiões e se pré dispôs a agir quando houveram denúncias ao Conselho, com relação ao mau funcionamento das CTs, onde foi a campo observar não com olhos de fiscalizador, mas para observar e separar o joio do trigo, na tentativa de auxiliar aquelas CTs que estavam tendo difi



culdades no cumprimento das legislações naquele momento. Relatou que não houve ali nenhuma sanção, que o Conselho não aplicou nenhuma sanção, mas orientou estas CTs. Continuando disse que é um defensor das CTs e entende que o Conselho tem feito mais do que lhe é de competência nesta ordem, e na questão da prevenção, isentando todas as organizações que fazem parte do Conselho, MP, PM, o próprio NEPSD que fazem individualmente um trabalho, citando os grupos de mútua ajuda que também fazem a prevenção e outras iniciativas, reforçou que individualmente são realizadas várias ações por parte de vários Conselheiros/as, mas enquanto Conselho temos uma Comissão de Prevenção que compete discutir a temática, pois é muito polêmico qualquer um dos eixos da política pública no tocante as drogas, não só no tratamento, pois o pessoal do CAPS não vê como parceiros as CTs, por outro lado as CTs muitas vezes são injustiçadas pelos órgãos de fiscalização, mas na área da prevenção parece que há um confronto direto, ninguém aceita nada, ideia alguma, o que é bom para um para outro é péssimo, então para passarmos da esfera da discussão, para uma ação prática é muito complicado. Relatou que tentamos por diversas vezes, apresentamos no CONESD vários programas, projetos que foram bem sucedidos, mas isto precisa passar pelo crivo e análise de todos/as. Disse que no mês do Junho Paraná sem Drogas e em outros momentos, citando a Conferência, não só foram debatidas estas temáticas todas na área da prevenção, como foram apresentadas as ações práticas realizadas. Citou o mês de junho onde realizaram no seu município atividades de prevenção enquanto pessoa física, mas que citaram o CONESD como parceiro, os organismos que fazem parte do Conselho em várias ações em escolas. Citou ainda que nestes quatro anos desenvolvemos um projeto em cento e quatro cidades onde foram reunidas todos os organismos desde o judiciário, MP, PC, PM, junto com os organismos como Secretaria de Saúde, da Assistência Social, Segurança Pública e Educação e foram feitas ações mostrando os projetos que estão em andamento ou que foram realizados, as conquistas, ações com escolas, mais de cem entrevistas em jornais, televisão e isto aparece o Conselho também como uma das molas propulsoras desta discussão, porque é complicado você apresentar um projeto e ele ser aceito por todos/as e neste momento este projeto que o CONESD está envolvido, ser formado uma equipe, ser bastante debatido e apresentado em duas escolas onde deram início as atividades e é tudo muito complexo, por outro lado com a saída da Conselheira Simone do CONESD, precisa dar uma reorganizada nas ações. Desta forma, o que foi feito nestes últimos anos foi muito além de debater e acender fogueiras de vaidade como presenciava no passado há cinco anos. Então acredita que nós avançamos bastante nestas questões todas, disse para o Sr Thiago que entende a sua frustração, mas acredita que seria legal o mesmo se aproximar um pouco mais do Conselho, principalmente pela importância do seu trabalho e necessidade, fazendo parte do dia a dia, então solicitou para somar forças para melhorar o trabalho. Relatou sobre o trabalho que existia em sua



cidade, onde receberam cinco prêmios, que era aceito por todas as pessoas, com um alcance de noventa mil pessoas e que foi desmontado/desconstruído em outra gestão, que só quis deixar registrado sua fala. O Presidente perguntou ao Sr Thiago se ainda tinha alguma colocação para fazer acreditando que esta questão foi sanada. Neste momento o Conselheiro Edson pediu a palavra e apontou que o Conselheiro Fábio fez uma colocação importante sobre o aparelhamento, mas acha que o aparelhamento está sendo muito usado no sentido de provocação positiva, para puxar para o debate e esta questão do aparelhamento pode ocorrer em todas as instâncias, não só na questão política, disse que na assistência social usam a expressão alinhamento, então acredita que todos são importantes no processo, que as CTs fazem um trabalho importante e todos sabemos que existem estruturas de CTs onde os profissionais fazem um excelente trabalho, mas que também existem CTs que não estão aptas para fazer os atendimentos e não podemos esconder isto, por outro lado a realidade está aí, com pessoas em situação de rua, nas famílias com dificuldades por conta do uso e as instituições estão aí atendendo, não podemos negar isto. Então precisamos deste alinhamento entre as CTs e o Conselho para fazer este debate e como o Conselho é deliberativo e consultivo, precisa ter portas abertas em relação a estas questões, até como garantia do processo, caso contrário abre espaço para as entidades buscarem outras instâncias para pedir ajuda para solucionar os seus problemas, que na maioria são econômicos, então entende que precisamos começar a fazer este alinhamento entre nós e que o plano dará este norte. Neste momento o Sr Thiago no uso da palavra agradeceu pela disponibilidade do Conselho em ter aberto o espaço para a sua participação, de ter dado o direito ao contraditório, que isto representa de fato o espaço democrático que está sendo construído dentro do Conselho e isto é muito salutar e muito importante para a construção de coisas maiores, que se sente tranquilo em saber que este está sendo o clima do Conselho, que as coisas estão sendo conduzidas desta maneira, inclusive para ouvir explicações, ouvir críticas e poder lidar tranquilamente com isto, se colocou à disposição para somar, para estar caminhando um pouco mais de perto com o Conselho e que futuramente tendo mais espaço com a possibilidade da retomada da cadeira para a representação das CTs, ficará a disposição para contribuir, e para encerrar a fala, relatou que foi presidente do conselho municipal de políticas sobre drogas de Curitiba em 2018 e implantaram uma ação específica com as CTs que num momento oportuno gostaria de participar e apresentar para o Conselho esta proposta, como uma ação prática em relação as CTs que pode somar com a ideia da Conselheira Dulce, que achou muito interessante e acredita que possa ser retirada do papel e ir para uma ação efetiva. Então se colocou a disposição num momento oportuno, numa próxima reunião apresentar esta ideia para que possamos construir algo em conjunto, somando esforços para que a questão das CTs sejam minimizadas. O Presidente informou que passaria para o **segundo** item da pauta, Aprovação do Relatório



Final da 1ª Conferência Estadual de Políticas sobre Drogas, passando a palavra para a Conselheira Helena para explicar sobre a elaboração do mesmo. A Conselheira Helena iniciou explicando que não foi definido pela plenária quem iria elaborar este relatório final, a princípio se seria a comissão organizadora e conforme o tempo foi passando e o relatório necessitando de aprovação para ser publicado em Diário Oficial, acabou se dispondo a elaborar e disse que fez um relatório simples em função do tempo e contou com o apoio da Estagiária Gabriela no repasse das propostas levantadas na Conferência. Colocou que o relatório está aberto para a discussão, para sugestões de melhorias, aprimoramento e deliberação. O Conselheiro Fábio pediu a palavra e parabenizou a Conselheira pela elaboração do relatório, mas fez a sugestão de tornar mais impessoal, deixando a menção a comissão organizadora e as outras comissões, mas retirar os nomes do texto, que devemos primar por esta impessoalidade, então sugeriu tirar um pouco a ênfase no nome das pessoas. O Presidente apontou para a votação quanto a retirada dos nomes dos membros em função da proposta do Conselheiro Fábio. Em regime de votação os/as Conselheiros/as Maristela, Edson, Rita, Ricardo Costa, Weber, Dulce, Soavinsk votaram pela manutenção dos nomes, a Conselheira Helena se absteve, o Conselheiro Fábio votou pela retirada dos nomes e a Conselheira Maria Lucia não registrou o voto, desta forma o Relatório Final da I Conferência foi aprovado pelos Conselheiros/as da forma que foi elaborado/apresentado pela Conselheira Helena. Dando sequência a reunião, o Presidente passou para o **quarto** ponto da pauta, Projeto de Lei 529/2021 Autor: Deputado Ricardo Arruda. O Presidente perguntou aos/as Conselheiros/as se fizeram a leitura do projeto de lei e deixou a palavra em aberto para considerações. A Conselheira Maristela no uso da palavra disse que achou o projeto embasado numa questão moralista em relação ao uso de drogas, porque no momento que você coloca o professor como alguém que usa droga como um mal exemplo você já está estigmatizando, agindo com preconceito. Nem toda pessoa que usa droga terá alteração comportamental a ponto de interferir na sua funcionalidade profissional, outro ponto é que o uso de drogas não chega a caracterizar um risco para terceiros, é um risco para si e não para terceiros. Em relação ao uso de drogas por parte dos motoristas profissionais é outra situação, pois envolve o risco de terceiros, pois o uso altera a capacidade de coordenação e de direção. A Conselheira indagou que não sabe se o Deputado fez algum comparativo dos professores com a categoria de motoristas, pois para esta classe profissional é obrigatório o teste toxicológico e por último se for exigir o teste toxicológico para o professor, vai ter que exigir também por exemplo para os profissionais de saúde, pois nós temos conhecimento por exemplo de profissionais de saúde que fazem uso de drogas. Continuando, disse que a princípio é inconstitucional obrigar o/a professor/a fazer o teste toxicológico, disse que é provável que este projeto tenha um óbice legal para ser aprovado. O Conselheiro Fábio no uso da palavra disse que este projeto é um “rombo” de absurdos e



que iria descrever um panorama destes pontos, começando pela questão do mérito, da constitucionalidade, que deveria ser o papel da CCJ logo de início ter verificado isto e barrado este projeto, que existe uma série de problemas na sua forma e material, colocando que este projeto geraria desdobramentos para as Secretarias, custeios não previstos, afetaria a Constituição Estadual, pois é o Executivo que pode modificar as carreiras dos servidores, então tudo isto logo de “cara” mostra um problema de constitucionalidade que a CCJ deveria ter apontado e não remetido a SESP, que esta atitude “gazetizou” a CCJ não se posicionando quanto a inconstitucionalidade do PL, mas o que nos interessa, mais do que está inconstitucionalidade formais, a discussão do mérito, aponta que a questão maior é estigmatização, dizendo que a psicologia trabalha tanto contra isto, que este projeto é completamente inadequado, moralista, perseguidor, proibicionista, se vamos falar de substâncias que provocam dependência, temos que falar do que já sabemos que é a questão do álcool e tabaco e não simplesmente nas drogas ilícitas. A compulsoriedade não está prevista para o cidadão, que não é o uso de substâncias em si que coloca o cidadão como um risco para a sociedade, e que este projeto de lei não deveria nem chegar ao CONESD que a CCJ já deveria ter barrado isto, então há problemas materiais, de forma, de constitucionalidade e de mérito, portanto é evidente que nós somos contrários ao PL e que o CONESD precisa fazer o parecer contrário. E para finalizar a sua fala disse que o Deputado deveria ter como preocupação outras questões como reposição salarial, investimento na estrutura, a saúde mental do trabalhador da educação, que isto deveria ser objeto da ALEP, de ter equipes de saúde mental nos colégios, acompanhamento e orientações para os profissionais, que estas são questões muito mais importantes para o Deputado se preocupar, caso ele tenha preocupação com a educação, solicitou inclusive que esta fala constasse em ata. O Conselheiro Soavinsk pediu a palavra e disse que este projeto é um absurdo, repressivo, perseguidor, que exclui, marginaliza e é claro que nós temos leis que foram criadas para os motoristas, citou que ministra palestras para empresas de bitrem, sobre prevenção sobre drogas e algumas empresas tem adotado estratégias para saber sobre o teor alcoólico. Continuando disse que isto está previsto enquanto lei para os motoristas para a renovação da carteira de motorista, agora criar em cima do educador uma proposta como está é um absurdo, que deveria ter sido discutido na comissão sobre drogas da ALEP, questionando se tem esta comissão, no que o Presidente informou que não tem esta comissão na ALEP, que tem uma frente parlamentar. O Conselheiro continuando a fala disse que deveria ser feito o exame toxicológico nos parlamentares, que concorda com o Conselheiro Fábio e Conselheira Maristela em tudo o que já foi comentado, que a preocupação de gastarmos esta energia em cima de um assunto em que praticamente estamos já há anos luz na frente nesta questão de prevenção e tratamento, com respeito, com sigilo, anonimato, citando os grupos de mútua ajuda, então vê que um deputado que não ouve o seu povo,



não ouve seus eleitores, não ouve os técnicos é como um “tiro no pé”, que é totalmente contra, o que precisa é de capacitação para os professores para saber como abordar um dependente químico e que todo profissional é pai é mãe e daqui a pouco se esta moda pega, vão solicitar exame toxicológico para todas as classes profissionais, e aí considera como perseguição num modelo repressor. A Conselheira Dulce no uso da palavra disse que mediante o que já foi colocado reitera as falas anteriores, no sentido da insensatez de quem fez está proposta de projeto de lei e em relação aos professores, também enfatizou o que já foi dito quanto a preocupação com a saúde mental destes professores em função de trans-torno de ansiedade, de quadros depressivos e a hiper medicalização desses próprios professores que acabam resultando num afastamento laboral muito maior do que se tivesse um programa preventivo e de acompanhamento psicológico para esses professores, unido a própria capacitação de professores. A Conselheira Rita pediu a palavra e colocou que gostaria de somente acompanhar todos os/as Conselheiros/as que se posicionaram até agora porque no mínimo esta proposta viola direitos, ela afronta a Constituição quanto aos direitos individuais, ela estigmatiza, ela discrimina, ela exclui, violação de privacidade e acha que o Conselho não pode silenciar com situações como esta e disse que é impressionante como hoje em dia o posicionamento de algumas pessoas ou as propostas que elas fazem revelam na verdade quem são, como se posicionam perante a vida, então acha que é uma afronta isto e o Conselho não pode silenciar em relação a isto e gostaria de fazer um link com a fala do Sr Thiago, que acha que o Conselho silenciou no momento que as CTs foram retiradas do Conselho, acha que faltou um posicionamento mais incisivo nosso em algumas questões e neste momento acha que não podemos silenciar também, que é nossa responsabilidade dizer que isto é uma violação de direitos. A Conselheira Helena no uso da palavra disse que reforçando todas as falas, considera o maior absurdo que já pode presenciar que o/a professor/a que forma pessoas, que todos/as nós já passamos pelas mãos de um/a professor/a e porque escolher esta categoria x, com tantas outras demandas, citando a fala do Conselheiro Soavinsk, que este projeto deveria começar pela ALEP para fazer os testes toxicológicos, que é um absurdo e que o CONESD precisará tirar um documento/parecer apontando os porquês de sermos contrários para devolutiva aos órgãos competentes. Continuando disse que o olhar deveria ser voltado para a saúde mental, para o cuidado do/a professor/a e não para a repressão, estigmatização, que no seu entendimento este projeto é de cunho punitivo. O Conselheiro Fábio solicita esclarecimento sobre o encaminhamento do projeto, perguntando se a SESP encaminhou para o CONESD, que a CCJ encaminhou para a SEED, SESP e que a foi encaminhado para o CONESD, desta forma teremos que responder para a SESP e sugeriu na resposta colocarmos estas posições apontadas na reunião e que o CONESD se coloque contrário. A Conselheira Rita sugeriu que pela questão do protocolo, o Conselho responderá para a SESP, mas



nada impede que o Conselho se posicione diretamente a ALEP, porque pode ser que a SESP entenda diferente, acredita que a SESP vai acolher a manifestação, mas acha que o Conselho tem a responsabilidade de se posicionar diretamente à Assembleia também, no que o Conselheiro Fábio disse que endossa a fala da Conselheira Rita e que o Conselho precisa ter esta aproximação com a ALEP. O Conselheiro Soavinsk disse que concorda plenamente com as falas anteriores. O Presidente assume a palavra e disse que já estava claro que o Conselho tem a posição contrária a este projeto e neste momento fez a leitura de alguns pontos do projeto, que é composto por quatro artigos e que trata da realização dos exames toxicológicos dos professores da rede estadual de educação. Colocou que a Comissão de Políticas Públicas da OAB já se posicionou também contrária a este projeto, dizendo que não há justificativas para o projeto focar nesta categoria profissional, outro ponto também diz respeito a previsão do custeio e outros pontos destacados, enfim não existe razoabilidade neste princípio, professores não são especialmente expostos a usar drogas e nem existem estatísticas ou dados que recomendem tal medida, a única explicação parte do fundamento inconstitucional e a discriminação contra os professores da rede pública e por outro lado as questões relacionadas aos servidores é de competência do executivo e não do legislativo. Continuando, disse que assim que o parecer estiver pronto que disponibilizará no grupo de whatsapp para aprovação, para ser encaminhado ao NEPSD e posterior SESP, como também o CONESD encaminhará diretamente para a ALEP. O Presidente passou para o **quinto** ponto da pauta, Situação da vaga do CRF, explicou que o CONESD encaminhou ofício para o Presidente do CRF sobre a questão da não participação, conforme deliberado na última reunião, porém o CRF já havia respondido na data de vinte e nove de maio para a SESP que no momento estão impossibilitados para participar do CONESD e que a saída se fez necessária em função da grande demanda de trabalho, o número reduzido de funcionários técnicos do CRF/PR para acompanhar as atividades do Conselho, mas se colocaram à disposição para auxiliar o CONESD no que for necessário. O Presidente disse que está é uma vaga de escolha do Secretário, mas nada impede que o Conselho faça sugestões de nomes para a composição desta cadeira deixando a palavra em aberto. A Conselheira Helena pediu a palavra e disse que o CONESD já discutiu bastante em outra reunião esta questão da indicação e lembra que foi sugerido o Conselho Regional de Enfermagem – COREM, deixando esta sugestão. O Conselheiro Fábio também reforçou que o nome do COREM foi aventado, que é adequado para contribuir com o debate e aproveitou para perguntar como está o andamento da solicitação de aumento da composição das vagas para o CONESD. Neste Momento o Presidente esclareceu que o CONESD não irá fazer o convite para o COREM, que irá fazer uma lista de sugestões e encaminhará para o Secretário da SESP para que faça a escolha e disse que em relação as quatro vagas, como a substituição do MP, já foram aprovadas pela SESP, mas que está parado na Casa



Civil. O Conselheiro Soavinsk pediu a palavra e perguntou sobre o assento para as CTs, o Presidente disse novamente que está na Casa Civil e se comprometeu em verificar o andamento. O Conselheiro Fábio pediu a palavra e disse que sabe que o poder da caneta é do Secretário, mas gostaria de valorizar o pleno, pois acha que é o pleno que precisa dizer para o executivo o que decide e o executivo pode até não cumprir o que o pleno decidiu, mas aí sim vai estar se posicionando contrário ao controle social, desta forma temos que tirar nossos encaminhamentos e solicitar para o executivo que execute e neste sentido gostaria de manter a sugestão do COREM, para manter a característica da vaga que é de classe profissional. O Conselheiro Weber com a palavra disse com todo o respeito ao que já foi dito, que discorda um pouco do que está descrito na lei de trazeremos conselho de classe para fazer parte do Conselho, que entende isto e que não iria entrar neste mérito porque talvez a sua visão seja “míope” em relação a isto, mas não vê onde alguns conselhos de classe podem contribuir dentro dos eixos, que temos da política pública na sua construção. O Presidente pediu a palavra e disse que acredita ser mais interessante para o Conselho aprovarmos três nomes porque aí damos uma maior abrangência para a escolha do Secretário, que seria mais fácil ter esta opção de representantes da sociedade civil. O Conselheiro Weber complementando a sua fala disse que talvez por “miopia” se posiciona desta forma neste momento, porque se preocupa com outros setores importantes como as CTs, e entende também que se a pessoa não participa, gera um problema dessas ausências e cita a falta de interesse que houve na representação do CRF, pois talvez não tiveram muito com o que contribuir e ficar apenas criando espaços para ficar “bonito na foto” não é bom, por isto defendeu que se façam esforços para trazer as representações das CTs do que de algum conselho de classe. A Conselheira Dulce no uso da palavra disse que gostaria apenas de prestar um esclarecimento em relação ao COREM, que na enfermagem que atuam com a saúde mental, se constituem em especialidade profissional, todas as esferas de atendimento as pessoas em tratamento por transtornos mentais quanto por uso abusivo de drogas envolve profissionais da enfermagem e até no comparativo do que seria a participação do CRF com o COREM, acredita que o CONESD teria muito a ganhar, porque o COREM tem muito a contribuir e até trazer as experiências do Conselho que por sua vez não só capacita os profissionais que atuam na área de saúde mental e psiquiatria mas também faz o acompanhamento da responsabilidade técnica dos profissionais nestas instituições. Então isto seria um ganho para o CONESD e ao mesmo tempo em relação especificamente a psiquiatria, quando se pensa a medicina, ter a representação do CRM em certo sentido isto indiretamente já estaria contemplado, citando a Associação Brasileira de Psiquiatria que por sua vez tem a seção no Paraná, que também neste caso teria alguma questão a ser pensada. O Conselheiro Fábio solicitou a palavra e disse que não consegue visualizar que a enfermagem não é o conselho pertinente ao debate de álcool e outras drogas, não tem



como dizer que não é um conselho com competências para trabalhar, então fazer discussão do campo considera que o COREM tem mais competência do que o conselho anterior e por outro lado a cadeira da representação de instituições não públicas está assegurada nesta última modificação conforme já aprovado no pleno. O Conselheiro Weber disse que não é contra a participação do COREM, que dentro da área de saúde é interessante a participação deste conselho, mas o que está tentando dizer é que não se admite a ausência da representação das CTs que é um eixo direto que trata, acolhe pessoas, que é neste sentido a sua fala. O Presidente com a palavra indicou mais dois nomes para a vaga, de duas associações, a ABEAD e a ABRAMDsul, no que o Conselheiro Fábio disse que estaria de acordo. A Conselheira Maristela pediu a palavra e colocou que o que falta no CONESD é a representação dos usuários, considera que a Associação Paranaense de Psiquiatria por exemplo já estaria contemplada com a representação do CRM, e considera uma pena essas associações de usuários não terem CNPJ para participarem, acha uma pena e se reporta ao CONESD ter apenas a participação da ACP dizendo que parece que entra um pouco na participação dos usuários, ou seja não sabe em qual categoria entra a ACP, mas acha que precisaria de ter a representação dos usuários no CONESD. Neste momento o Presidente perguntou se a representante da ACP se encontrava na reunião para esclarecer sobre a representação, porém não houve nenhuma manifestação da Conselheira, e o Presidente disse que acreditava que a ACP tenha a representação enquanto categoria profissional. O Conselheiro Fábio disse que esta categoria usuário é realmente bem delicada, que já discutimos isto no Conselho e que por conta do proibicionismo, da estigmatização não temos pessoas dizendo abertamente que fazem uso de drogas, a não ser alguns coletivos como o movimento social marcha da maconha que é conhecido nacionalmente, mas que teria problema com CNPJ e que já conversamos sobre isto. De que maneira iríamos tirar um representante de serviços de CAPSad que poderiam representar as pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas e também não se sabe quando falamos em usuário se estamos falando em usuário da rede ou usuários de drogas, porque nós somos usuários de álcool e outras drogas, nós fazemos uso de medicamentos, e como iríamos caracterizar este usuário, somente aquele que faz uso de drogas ilícitas? É muito complicado trazermos uma cadeira, uma representação de pessoas que fazem uso e que já falamos sobre isto e não conseguimos encaminhar esta questão. Já falamos também da LIBERSOL, que é uma cooperativa de geração de renda, no que o Presidente diz que a LIBERSOL é bem interessante também. A Conselheira Maristela pediu a palavra e esclareceu que estava se referindo a usuários dos serviços e não usuários de drogas e disse que qualquer associação que represente a população que usa a assistência à saúde podemos dizer como usuários dos serviços, disse que é neste sentido que poderia abrir um espaço para esta participação no CONESD. O Conselheiro Weber disse que nós não somos uma câmara de vereadores, uma assembleia



legislativa e aqui cabe bem a fábula do menino, do velho e do burro, mas acredita que de qualquer forma nós todos temos alguma vinculação com a problemática ou por ser ex dependente químico, ou por estar em tratamento, ou por trabalhar no acolhimento, na inserção social, na área da justiça, na prevenção. Temos parentes familiares com problemas e ninguém melhor do que nós que temos esta vinculação para entender esta problemática. Temos pessoas que trabalham com a dependência química, onde se inclui várias áreas, da psicologia, da psiquiatria, da medicina e acredita que o Conselho está bem equilibrado, tem as pessoas que fazem prevenção, todos os departamentos estão bem envolvidos nisto, todos temos interesse em melhorar esta sociedade reverter este quadro, mas sempre teremos a utopia diante de nós, sempre teremos o desinteresse de quem deveria estar interessado e acredita que este debate foi muito bom, que o Presidente pode dar os encaminhamentos conforme a sua visão geral da questão. O Presidente falou que acha complicado a questão do usuário, citando a própria marcha da maconha que é um movimento organizado mas não tem CNPJ e que desconhece associação de usuários recordando que tivemos até alguns problemas para o envio de convites para a participação na conferência. Citou os grupos de mútua ajuda, tanto o NA como o AA dentro das doze tradições, Pastoral da Sobriedade, achou interessante o nome da LIBERSOL, COREM, ABEAD, ABRAMDsul e neste momento o Conselheiro Sovavinsk citou a Central Única das Favelas – CUFA, no que o Presidente questionou se eles tem CNPJ e o Conselheiro Edson disse que sim, que eles são muito bem estruturados, muito bem organizados, inclusive eles tem uma instituição financeira, um conselho ativo. O Presidente disse que acrescentou na lista a CUFA e que se todos/as aprovarem encaminhará estas sugestões. A Conselheira Rita disse que quando a lista for encaminhada para o Secretário deverá ir com o consenso de todos/as os/as Conselheiros/as senão muitas opções irá dispersar e a preocupação que haja o consenso de que lista vai e que todas estas indicações estejam de acordo com os/as Conselheiros/as e que a segunda preocupação é que nós passamos por um processo de crescimento e articulação e se nós alterarmos totalmente este Conselho e isto acontecerá naturalmente ao final desta gestão, muitos conselheiros/as serão alterados, e o que poderá ocorrer é uma “estaca zero”, então coloca esta preocupação e disse que tem orgulho deste Conselho e que este processo de crescimento que foi a duras penas nos últimos anos, que ele só cresça mais com novos integrantes e não zere totalmente, considerando que muitos de nós sairemos no final do ano. O Presidente sugeriu limitarmos o número de entidades para quatro ou cinco e se preocupa também com o retrocesso do Conselho, que independente das mudanças que ocorram, que haja um caminho a ser seguido. A Conselheira Maristela indicou como sugestão também a FAMOPAR, porém ficou definido e aprovado como sugestão as entidades COREM, ABEAD, ABRAMDsul, LIBERSOL e CUFA, para ser encaminhado para o Secretário para escolher um representante para a cadeira que está vaga. O **sexto**



ponto trata dos Relatórios das comissões permanentes. A Conselheira Helena informou que a comissão de pesquisa e redução de danos não teve quórum para realizar a reunião. A Conselheira Maristela informou que a comissão de tratamento se reuniram na segunda-feira anterior a plenária e discutiram sobre o relatório final da conferência, que as propostas foram uma representação popular expressa pela conferência, porém neste relatório final as propostas levantadas precisam passar pela avaliação dos setores envolvidos na execução, que precisa ser vistas quais as propostas que são viáveis, para serem contempladas no plano estadual de políticas sobre drogas. Esclareceu que o Plano não terá exatamente as mesmas propostas que foram tiradas na conferência, porque muitas destas propostas são contrárias ao óbice legal para serem executadas. Informou que tiveram a visita do Dr Renato na semana passada o qual solicitou o parecer sobre as propostas do eixo tratamento, para verificarem o que é possível e também para fazerem sugestões para compor este plano, inclusive o Diretor da SESA colocou o Conselho Estadual de Saúde a disposição para auxiliar na elaboração do plano e que terá que ter a avaliação também da Casa Civil. Finalizou dizendo que a reunião da comissão foi relacionada a estas questões do plano. O Presidente no uso da palavra apontou que dentre as propostas do eixo tratamento, duas propostas deixa dúvidas, uma delas é a questão do CAPS e a outra é em relação à pesquisa e que o plano é um caminho, mas que posteriormente medidas complementares precisam ser implementadas para a execução. A Conselheira Maristela dando continuidade disse que em relação aos CAPS, a portaria que regulamenta a implantação de CAPS é uma portaria federal, então por exemplo, existe uma população mínima, o menor CAPS que é o CAPS I exige mil habitantes, desta forma para o governo estadual colocar esta proposta teria que ser dentro de uma medida complementar e isto também depende da vontade do gestor, temos que considerar as propostas da conferência mas também a questão legal. O Conselheiro Fábio complementou que o que não podemos alterar é o relatório final da conferência, mesmo que errando na competência, errando na possibilidade do Estado passar por cima de normativa federal, temos que considerar o momento da participação social e o que apontaram e o executivo pode responder dizendo que não tem o que fazer, mas é a participação popular que está dizendo para o executivo o que precisa ser observado, modificado, então não podemos alterar o que a conferência disse. O Conselheiro Weber informou que não fizeram reunião da comissão de prevenção, sendo um dos motivos por estarem envolvidos com o projeto nas escolas. Em relação a comissão de redução da oferta e da demanda não tivemos informações se houve reunião. O **sétimo** item da pauta está destinado ao Planejamento final de mandato e plano diretor para o CONESD. O Presidente explicou que em função do trabalho desenvolvido pelo CONESD de uma forma maravilhosa, com a participação de todos/as, dando sugestões e que não sabemos o dia de amanhã como ficará, que mesmo que continue a participação de todas estas entidades, acha importante



deixar um plano diretor, que deverá ser aprovado até dezembro, com destaques nos pontos mais importantes que devemos deixar registrado e aprovado pelo pleno para que a outra gestão dê continuidade a este processo, que não comece tudo de novo, mas dar continuidade em algumas ações, como a questão da fiscalização, da participação, orientação, o projeto de prevenção, as discussões dentro das comissões que sejam colocadas dentro do plano diretor, que está é a intenção, para não ocorrer uma desarticulação e perguntou se todos/as estão de acordo com este encaminhamento, sendo aceito por todos/as. O **oitavo** ponto tratou dos Informes NEPSD, onde o Conselheiro Soavinsk disse não ter nenhum. O **nono** item da pauta foi sobre os Informes Gerais. O Presidente com a palavra falou sobre o parecer do Conselheiro Weber sobre o Junho Paraná sem Drogas, passando a palavra para o mesmo, que iniciou dizendo que acredita que todos/as devam ter lido o parecer e que na verdade o que existe é um resumo por parte do estado com relação ao nome do programa, que o projeto original que foi criado tinha outro nome, Mês Estadual de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, de autoria do Deputado estadual Marcio Paulique, Lei nº 19.121/2019 e se o governo utilizasse o nome conforme está na lei não iria agradar e nem desagradar a “gregos e troianos”, mas com o passar do tempo o Estado foi mudando e chegou no Junho Paraná sem Drogas e este problema surgiu em decorrência da mudança do nome e colocou como sugestão de que se mantenha o nome original, que seja encaminhado para o governo do Estado isto, lembrando a ele o nome original da lei e a sugestão do colega Fábio seja colocada também, Paraná contra o abuso de drogas, indagando o Conselheiro se é isto mesmo. O Conselheiro Fábio pediu a palavra e disse que acha que esta ideia do nome original fique melhor, pois o uso indevido é o termo mais correto, que já não é de hoje que tem este termo, que acha melhor. O Conselheiro Weber disse que ficou surpreso também, pois não sabia que tinha este nome, Mês Estadual de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, considera este nome mais adequado e lembrando que estamos em final de uma gestão, próximo a eleições e o Estado tem o seu livre arbítrio para tomar medidas que achar pertinente, mas dentro do que nós enquanto Conselho, com a legitimidade que temos de falar sobre o tema, podemos sim enviar ofício para o Estado, para a Casa Civil para que se atenha ao nome original. A Conselheira Helena disse que fez a leitura do parecer e considerou adequado a contextualização, explicando os prós e contras e concorda também que se for utilizado o nome original já resolve este problema, caso contrário a morosidade será muito grande. A Conselheira Maristela registra no chat que a palavra indevida já foi alterada, porém o Conselheiro Weber esclareceu que o projeto tem o nome correto, mas o Estado foi mudando isto, não por lei e nem por decreto, mas foi mudando e esta mudança é que gerou um desagrado nas pessoas e a sugestão que o Conselheiro Fábio trouxe, o mesmo acabou desconsiderando em função da proposta de voltarmos a usar o próprio nome original do projeto, que o parecer é neste sentido. O Conselheiro Fábio pediu a



palavra e colocou que em relação ao uso abusivo seja mais contemporâneo, acha que a Conselheira Maristela está correta, no que o Conselheiro Weber faz menção ao uso devido, indevido, dizendo que “se eu não abusar está tudo certo”, que aí entra em outra polêmica, então diante destas alternativas apresentadas e frente a todos estes argumentos a sugestão é de se manter o nome original, deixando livre para os/as Conselheiros/as votarem o parecer ou se vão fazer alguma alteração. Continuando diz que cada palavra colocada na política sobre drogas sempre trará uma polêmica, por isto mantem a ideia do nome original, pois considera o menos pior, vamos dizer assim, pois é difícil ter o consenso e estamos entrando numa seara que compete ao Estado, citando o nome do programa Bolsa Família, dizendo que bolsa é uma sacola, Casa da Mulher Brasileira, e outros nomes, que sempre será polêmico e não vê necessidade de polemizarmos em cima do nome e que o nome original é o menos pior. Após ampla discussão o parecer foi aprovado por todos e todas os/as Conselheiros/as. O **décimo** ponto foi direcionado a palavra dos conselheiros, onde o Conselheiro Soavinsk fez referência a questão da fome, do número de famílias passando fome neste momento. Não havendo mais nada a tratar o Presidente agradeceu a participação de todos e todas e a reunião deu-se por encerrada às 12h10min, do que eu, Helena Maria Ramos dos Santos, Secretária Executiva lavrei a presente ata que vai devidamente assinada por mim e pelo Presidente deste Conselho.

LISTA DE PRESENÇA	
PRESENTES	ÓRGÃO REPRESENTANTE
Carlos Augusto Weber	OAB PR
Dulce Bais	UFPR
Edison Luiz Machado de Camargo	SEJUF
Fábio José Lopes Orsine	CRP PR
Helena Maria Ramos dos Santos	CRESS PR
José Augusto Soavinski	SESP
Luiz Carlos Hauer	OAB PR
Marco Antônio Socorro Marques Ribeiro Bessa	CRM Justificou ausência
Maria Lúcia Gomes	ACP PR
Maristela da Costa Souza	SESA PR
Ricardo da Costa	PMPR
Rita de Cássia Naumann	DEPEN PR



CONVIDADOS E OUVINTES	
------------------------------	--

Thiago Massolin	COMPACTA
-----------------	----------

Luiz Carlos Hauer

Presidente – CONESD

Helena Maria Ramos dos Santos

Secretária – Executiva